

TRABALHO TEMPORÁRIO

EMPRESA LOCADORA DE SERVIÇOS

Recurso re
Tribunal TST

CONTESTAÇÃO — VERBAS QUITADAS - INTERVALO INTRA-JORNADA - HORA EXTRA - RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA**EMENTA**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DA VARA DO TRABALHO DE
....., pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua, n.º, Bairro,
....., inscrita no CNPJ do MF sob o n.º, representada neste ato por sua procuradora
infra-assinada (procuração anexa), nos autos n.º em trâmite nesta Junta, nos quais é reclamante
....., vem com a devida vênia, na melhor forma de direito, CONTESTAR como segue: DOS FATOS I)
- DO CONTRATO DE TRABALHO O reclamante foi admitido pela 1ª reclamada na data de,
exercendo a função de, para prestar serviços nas dependências da 2ª reclamada, onde laborou
até a data de A partir de laborou nas dependências da 3ª reclamada, onde permaneceu
até a data de, quando foi dispensado sem justa causa. Sua jornada de trabalho até
situava-se entre e horas, no sistema 12x36 horas, conforme previsto em Convenção
Coletiva de sua categoria profissional. Após esta data laborava seis dias corridos, com folga no sétimo, das
.....hs àshs e dashs àshs, nas dependências da 3ª reclamada. a) das horas extras
Pleiteia o autor, no período de a, horas extras excedentes a 8ª diária, acrescidas de
adicional de 50%, e com os devidos reflexos legais. Como já explicitado o reclamante cumpriu, desde sua
admissão até a data de, jornada de trabalho em escala 12X36, devidamente prevista na
Convenção Coletiva da Categoria profissional a que pertence (Cláusula ...ª CCT), conforme acordo de
prorrogação e compensação de jornada por ele firmado (doc n.º ...). Improcede, pois, seu pedido de horas
extras excedentes da oitava diária, vez que o regime de trabalho prestado pelo autor possui normas
convencionais próprias, de acordo com o artigo 7º, XIII da CF/88. Saliente-se, ainda, que por laborar em
regime 12X36 a remuneração do autor era composta de parcelas especiais, como 30 horas normais a título
de hora noturna reduzida, adicional de risco, dentre outras. As horas extras eventualmente prestadas, que
excederam de sua jornada, lhe foram corretamente paga como demonstram os documentos em anexo. Pede
ainda o autor, quanto ao período de a, horas laboradas excedentes a 6ª hora diária, como
extras, acrescidas do devido adicional de 50% e com os devidos reflexos, alegando que laborava em turno
ininterrupto de revezamento. Como já exposto, durante este período o autor laborava seis dias e folgava no
sétimo, dashs àshs e das àshs. O fato de iniciar o labor em horários diferentes não
caracteriza o labor em turnos ininterruptos de revezamento, como quer fazer crer o autor, para justificar seu
pedido de horas extras excedentes da sexta diária. Deve, pois, seu pedido ser julgado improcedente por
absoluta falta de amparo legal. Saliente-se, ainda, que as horas extras prestadas pelo autor sempre lhe
foram corretamente pagas, como demonstram os comprovantes de pagamento em anexo. Também os
reflexos legais decorrentes deste labor extraordinário foram observados por esta reclamada, vez que todas
as verbas pagas eram calculadas tendo em vista sua maior remuneração (termo rescisório em anexo).
Quanto ao pedido de horas extras em face de labor em feriados, este foi devidamente pago, conforme se
demonstra através dos cartões ponto e dos recibos de pagamentos anexos, com o adicional de 100%.
Quanto ao labor em domingos, este não pode ser considerado como extra, pois o autor realizava trabalho de
vigilância, essencial e indispensável em todos os dias da semana, gozando do período de descanso (folga)
semanal em dias alternados, respeitado o estabelecido nos termos do art 67 e Parágrafo Único da CLT. b)

intervalo intra jornada Afirmo também o autor, que durante todo o pacto laboral, jamais gozou do intervalo mínimo de 01 hora para descanso ou alimentação, nos termos do art. 71, caput da CLT, fazendo jus ao recebimento das horas laboradas em desrespeito ao intervalo mínimo de 1 hora para descanso e alimentação, como extras, acrescidas do devido adicional de 50%, com os devidos reflexos legais. Os comprovantes de pagamento do autor consignam o pagamento de horas intrajornada por esta reclamada, durante todo o vínculo empregatício havido (doc